Indicado para:

Pós-graduação

Profissionais

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

ISBN 978-85-472-0324-5

"(...) Acreditar em 'precedentes' sem a exigência dworkiniana de coerência e integridade – e esse é o mote de *Hermenêutica e jurisprudência no Novo Código de Processo Civil*: coerência e integridade – é pensar que os conceitos podem abranger todas as hipóteses de aplicação. Seria uma aposta no conceptualismo ou na vontade de regressar a uma jurisprudência analítica ou, quem sabe, a uma *Begriffsjurisprudenz*. O custo disso: o enfraquecimento da doutrina e a fragilização da autonomia do direito em face do risco de um direito jurisprudencializado.

Pois, foi com esta preocupação que os autores desta obra se empenharam para construir os conceitos necessários para que o Código não resvale na direção de um jurisprudencialismo e que seja um eficiente instrumento para proporcionar previsibilidade ao cidadão, sem perder as especificidades do caso concreto. Em tempos de produção democrática do direito, o direito legislado deve ser preservado. É nesta simbiose entre legislação e jurisdição que poderemos construir as condições de possibilidade de um direito processual civil democrático. (...)"

Trecho de *À guisa de prefácio*, de Lenio Luiz Streck

Resumo de Hermenêutica e Jurisprudência no NCPC. Coerência e Integridade

"O CPC/2015, de forma inédita, atendeu os reclamos de parte da comunidade jurídica e implementou vários elementos que apontam para a possibilidade de "mais previsibilidade" e "menos jurisprudência lotérica". É nesse sentido que se enquadra, por exemplo, o artigo 926 do Código Processual, ao exigir que a jurisprudência seja estável, íntegra e coerente.

Preocupados com a complexidade do conteúdo desse dispositivo - afinal, não há precedentes em outros ordenamentos - um grupo de juristas, capitaneados por Lenio Streck, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão aceitaram a tarefa de tentar construir os alicerces epistêmicos para a compreensão dessa nova fenomenologia.

Nesse sentido, o livro esmiúça o conceito de coerência e integridade a partir da hermenêutica, do direito constitucional e do direito comparado, buscando apontar (novos) caminhos acerca desse importante dispositivo do Código que entrou em vigor em 2016."

Acesse aqui a versão completa deste livro